

## LINGUAGEM EM FOCO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE,  
V.2, N.2, ano 2010

---

### A QUESTÃO DO “ARTIGO” EM GRAMÁTICAS IBEROAMERICANAS DO PERÍODO COLONIAL

Olga Ferreira Coelho\*

Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna\*\*

**RESUMO:** *Este artigo tem o objetivo de reconstruir parte da história da categoria “artigo” em gramáticas do contexto colonial iberoamericano. Nossa proposta vincula-se a uma outra, mais ampla (cf. ALTMAN e COELHO 2006-2009), que procura reconstruir a história da terminologia empregada em descrições gramaticais do português, do espanhol, do quéchua, do quimbundo, do kiriri, do tupi e do japonês, partindo do princípio de que a análise contextualizada da metalinguagem é um instrumento imprescindível para se capturar a diversidade de conceitos e de técnicas desenvolvidas ao longo do tempo para lidar com as línguas. Em nossa análise, encontramos uma mudança relevante na definição e na aplicação desse metatermo, operada pelas gramáticas jesuíticas.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *artigo, contexto colonial iberoamericano, historiografia linguística*

**ABSTRACT:** *This article aims to reconstruct a part of the history of the category “article” in grammars produced in Ibero-American colonial context. Our proposal binds to a wider one (cf. ALTMAN e COELHO 2006-2009) which seeks to rebuild the history of terminology used in grammatical descriptions of Portuguese, Spanish, Quechua, Quimbundo, Kiriri, Tupi and Japanese, assuming that the contextualized analysis of meta-language is an essential instrument to capture the diversity of concepts and techniques developed over time to deal with languages. In our analysis, we found a significant change in the definition and use of ‘article’ made by Jesuit grammars.*

**KEYWORDS:** *article, Ibero-American colonial context, linguistic historiography.*

---

\*Olga Ferreira Coelho é pesquisadora do Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH) e professora do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo (USP); coordenadora do GT Historiografia da Linguística da ANPoLL. [olgafc@usp.br](mailto:olgafc@usp.br)

\*\*Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna é pesquisadora do Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH) do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo (USP) desde 2007. [smdanna@hotmail.com](mailto:smdanna@hotmail.com)

## Introdução

Analizamos neste texto parte da história da categoria “artigo” no contexto colonial iberoamericano. A proposta vincula-se a uma outra, mais ampla (cf. ALTMAN e COELHO 2006-2009), que procura dar conta da história da terminologia empregada em descrições gramaticais do português, do espanhol, do quéchuá, do quimbundo, do kiriri, do tupi e do japonês, partindo do princípio de que a análise contextualizada da metalinguagem é um instrumento imprescindível para se capturar a diversidade de conceitos e de técnicas desenvolvidas ao longo do tempo para lidar com as línguas e a linguagem. O produto a ser alcançado é um acervo de experiências de descrição realizadas no passado – e reinterpretadas a partir do olhar do historiógrafo – com o qual a Linguística contemporânea possa dialogar, seja de modo polêmico ou conciliatório.

Sabemos que a gramática ocidental tem sua origem no discurso e na análise filosófica e retórica do discurso (cf. SWIGGERS 1997; AUROUX 1992) e que isso explica sua remissão, quase que exclusiva, a unidades diretamente recuperáveis no discurso oral, as palavras. Cada unidade, vista como uma parte do “todo” que é o discurso, é classificada em paradigmas, que levam em conta desde propriedades semântico-formais até usos. Emerge desse cenário o conceito de “partes do discurso”, ou “partes da oração”, bastante estável ao longo do tempo como noção geral (unidades depreensíveis do discurso), mas suscetível a flutuações que re-dispõem frequentemente o número de categorias, as propriedades definidoras de cada uma delas, as relações que elas manteriam com outras categorias etc.

A categoria “artigo”, por estar carregada de ambiguidades e opacidades que caracterizam a história dessa gramática construída no eixo palavra-paradigma, oferece oportunidades interessantes para mapear os modos como descritores de diferentes línguas lidavam, por um lado, com os modelos clássicos de descrição a que tinham acesso e, por outro, com os aspectos pertinentes à descrição das novas línguas com que se depararam.

No contexto ibérico, a categoria “artigo” é recuperada das descrições gregas para dar conta de elemento ausente da língua latina e, por conseguinte, de sua gramática; por sua vez, as línguas encontradas na América impuseram um novo trabalho prático de adequação do uso desse metatermo. Tentando flagrar esses movimentos, selecionamos para este exercício, a primeira descrição de um vernáculo ibérico (NEBRIJA, 1492), as primeiras gramáticas do português (OLIVEIRA, 1536 e BARROS, 1540), as descrições coloniais, feitas no Brasil e em português, do tupi (ANCHIETA 1595, FIGUEIRA, 1621; ANÔNIMO, s/d), do quimbundo (DIAS, 1697) e do kiriri (MAMIANI, 1699). De todos esses textos, pretendemos destacar as similaridades – que talvez permitam definir traços de época para esse metatermo – e as especificidades, correlacionáveis aos autores, contextos específicos de produção, línguas descritas etc. – o que, num certo sentido, corresponde a uma análise da pragmática da metalinguagem (REY-DEBOVE, 1979; SWIGGERS, 2010) de descrição gramatical, centrada nos valores contextuais de um metatermo específico.

## 1. “Artigo” nas primeiras descrições dos vernáculos ibéricos

A *Gramática Castellana* (1492), de Antônio de Nebrija (1444-1522), é frequentemente tomada como veículo de disseminação da tradição greco-latina e como texto fundador e exemplar de uma gramaticografia vernacular em contexto ibérico. Nela encontramos diferentes observações sobre “artigo”, das quais selecionamos as que vêm a seguir.

Todas las lenguas quantas he oido tienen una parte dela oración: la cual no siente no conoce la lengua latina. los griegos llaman la .arteon. los que la bolvieron de griego en latin llamaron le articulo: que en nuestra lengua quiere dezir artejo [...] antes se an de llamar artejo aquellos uessos de que se componen los dedos. Los cuales son unos pequeños miembros a semejança delos cuales se llamaron aquellos articulos que añadimos al nombre para demostrar de que genero es. E son los articulos tres. el. para el genero masculino. la. para el genero feminino. lo. para el genero neutro (NEBRIJA, 1992 [1492], p. 36v).

Por ser recorrente em diferentes línguas, essa parte do discurso (ou da oração) ganha destaque na descrição de Nebrija, que sublinha, primeiramente a propriedade de serem “pequenos membros” da oração, à semelhança dos artelhos dos dedos, que se “juntam aos nomes” para indicar o “gênero”. Do ponto de vista da forma da expressão, nota o autor, essas formas são idênticas às de certo conjunto de formas pronominais, o que o leva a advertir:

I ninguno se maraville que .el. la. lo. pusimos aquí por articulo: pues que lo pusimos enel capitulo pasado por pronombre: por que la diversidad delas partes dela oracion no esta sino en la diversidad dela manera de significar [...] mas cuando añadimos esta partezilla a algun nombre para demostrar de que genero es ia no es pronombre sino otra parte mui diversa dela oracion que llamamos articulo (NEBRIJA, 1992 [1492], pp. 36v-37r).

Com efeito, também em grego havia essa equivalência de formas. A delimitação entre essas duas categorias dá-se por meio de suas funções: no primeiro caso, como vimos, a pequena unidade especificaria o gênero de um nome; no caso do pronome, nota o autor que a unidade “se pone en lugar de nombre proprio”. A descrição minuciosa das diferenças entre esses dois elementos revela uma preocupação do autor com respeito não só à equivalência entre suas formas de expressão, mas também em relação à ligação genética entre as duas categorias. São descrições do grego e do latim que lhe servem de modelo, mas o seu trabalho é adaptado para dar conta de aspectos que o gramático considera característicos do castelhano:

Los griegos comun mente distinguen ocho partes dela oracion. Nombre. pronombre. articulo. verbo. participio. preposicion. adverbio. conjuncion. Los latinos no tienen articulo: mas distinguen la interjecion del adverbio: y assi hazen otras ocho

partes dela oracion. Nombre. pronombre. verbo. participio. preposicion. adverbio. conjuncion. interjencion. Nos otros con los griegos no distinguiremos la interjencion del adverbio: y añadiremos con el articulo el gerundio: el cual no tienen los griegos: y el nombre participial infinito: el cual no tienen los griegos ni latinos. Assi que seran por todas diez partes dela oracion enel castellano. Nombre. pronombre. articulo. verbo. participio. gerundio. nombre participial infinito. preposicion. adverbio. conjunción (NEBRIJA, 1992 [1492], p. 28r).

Sinteticamente, poderíamos, portanto, dizer que “artigo”, em Nebrija, é uma unidade “pequena”, mas autônoma (já que considerada uma das dez partes da oração que delinea), que antecede nomes comuns para determinar-lhes o gênero. Por consequência, opõe-se a uma outra categoria, a ela equivalente em termos de expressão, os pronomes, que se relacionam a “nomes próprios” e, ao invés de acompanhá-los, os substituem. Nebrija acompanha de perto, em suma, a proposta grega de tratamento dessa categoria, embora interfira no que há de mais nuclear no modelo geral tendo em vista aspectos específicos da língua que descreve.

Os portugueses Fernão d’Oliveira (1507-c.1581) e João de Barros (c.1496-1570) lidaram com a mesma questão de adaptação da terminologia greco-latina às especificidades de sua língua. No que se refere a “artigo”, Oliveira 1536, uma gramática bastante suscinta, anota, indiretamente, ao tratar de uma questão fônico-ortográfica, que:

As confoantes q fe mudão hũa em outra sãõ til em .n. e .r. ã .l. quãdo delpois deslles til ou .r. esta alghũ artigo como .o. .ou. a. ou .os. ou .as. allĩ como polo .no. por .em. o. e por .o. e fezerãõ por fezerãõ .o. e allĩ tambẽ no plural fezerãõs por fezerãõ os. [...] e para fe conhecer fe em fezerãõs aquele nos e artigo cõpoisto ou plural deste nome eu: entãõ quando for plural de eu. efcreueremos cada hũ por fi e o cabo da primeira parte inteiro como fezerãõ.nos. bem as letras q quer dizer fezerãõ a nos bẽ as letras (OLIVEIRA, 1536, p. 30).

O excerto apenas autoriza dizer que o autor opera com a categoria ‘artigo’ e identifica como suas formas no português “o”, “a”, “os”, “as”. A questão da proximidade ou coincidência com pronomes fica indefinida, porque, dada a origem e forma comum desses dois tipos de unidades, que o autor, no contexto fônico específico, distingue do pronome pessoal “nos”, não se pode garantir que em “fazerão.os”, por exemplo, o segmento “os” anteceda ou substitua um nome. A naturalidade com que Oliveria faz referência a ‘artigo’, contudo, considerada a tradição gramatical greco-latina e também os já mais de 40 anos de publicação da descrição de Nebrija, talvez indiquem preservação da separação tradicionalmente feita entre essa categoria e a dos pronomes.

Nem Nebrija nem Oliveira lidam com unidades posteriormente reconhecidas como ‘artigos indefinidos’ (um, uma e seus plurais). Os artigos definem gênero e também número (vejam-se os exemplos, que levam em conta o plural) dos nomes.

Em Barros (1540) há uma retomada da proposta de Nebrija (1492), com uma argumentação mais enfática acerca do papel de articulador de sentenças que cabe ao “artigo”:

Artigo è hũa das partes da oraçám , aquál como ia dissemos nam tem os latinos: e uem este nome, artigo, de articulus, diçam latina: deriuáda de Arthon grega, que quér dizer iuntura de neruos, aque nós propriamente chamamos artelho. E bem como da liança e ligadura dos neruos se sostem o corpo , assy do a iuntamento do artigo aos cáfos do nome , se compõem a oraçám, per semelhante exemplo: dos hómẽes è obrar uirtude, e das áues auoár. Pero tirando aos hómẽes este artigo, dos, e ás áues, das, diremos hómẽes è obrar uirtude, e áues avoár, que nam póde ser mais confusa linguagem. Per onde claramente uemos, que pera o intendimento ficar satisfeito è necessário artigo masculino ao nomes masculino, e artigo feminino ao feminino: por que nam diremos , das hómẽes è obrar uirtude , e dos áues auoár. E pois ia sabemos que cousa è artigo, ueiamos as suas declinações, que sam duas: hũa dos masculinos e neutros, e outra dos femininos (BARROS, 1540, p. 5r-5v).

Dessa proposta, salienta-se não só a manutenção dos aspectos presentes em Nebrija 1492 – como a relação com o nome e o papel de determinar-lhes o gênero e o número (vejam-se os exemplos) –, mas também o acréscimo de funções dessa categoria, como a de auxiliar nos processos de determinação dos casos e, portanto, nos mecanismos realmente fundamentais para a articulação da oração. É o ajuntamento do artigo aos casos do nome que sustenta a oração. Assim, de categoria um tanto periférica em outras descrições, o “artigo” assume, em Barros (1540), um papel central no domínio morfossintático. No entanto, atendo-nos aos dados linguísticos, devemos observar que, quando os casos dos nomes são regidos por preposições, há contrações destas com os artigos, como se vê nos “artigos” “dos” e “das” (dos genitivos “dos hómẽes” e “das áues”), citados pelo autor. Nas declinações do “artigo” que Barros explicita em seguida ao trecho citado, são justamente especificadas as formas, às vezes preposicionadas, assumidas pelo “artigo”. O papel morfossintático central dessa unidade vem justamente do fato de ela fazer parte do mecanismo de expressão do caso, acidente que organiza a estrutura das orações no contexto da tradição greco-latina. Não é feita, neste trecho, menção ao caráter compósito de “dos” ou “das”, o que faz supor a percepção do todo, nesse contexto, como uma unidade. “Artigo”, assim, expressa gênero, caso e número dos nomes.

## 2. “Artigo” em textos gramaticais produzidos no Brasil Colonial

Em Anchieta (1595), obra que inaugura o processo de tratamento das línguas ágrafas encontradas no Brasil durante o período colonial, não há, como não havia em Oliveira (1536), uma definição explícita de “artigo” ou de suas propriedades. No entanto, há uma série de fragmentos da obra que permitem inferir alguns dos aspectos definidores da categoria:

Todos os ver. Actiuos, & muitos neutros se com jugão com estas pessõas, as quæs chamamos articulos á diferença das pessõas expressas, que sãoos pronomes, com os quæs se

conjugação muitos verbos neutros, & não com os artigos, mas na mudança, & variação do fim seguem a conjugação por que não ha mais que hã, vt supra (ANCHIETA, 1595, p. 20v);

Os verbos, que tem artigos não vñão delles do futuro do Coniunctivo inclufue por diante, como cõsta na Cõiugação, mas hão de ter os nominatiuos expreffõs, fe fãõ neutros, vt, Açõ, eu vou. xeçóreme, fe eu for. Ndeçóreme [...] (ANCHIETA, 1595, p. 21v);

Deste futuro por diante fe perdemos artigos sua propria significação he, a que tem na conjugação. Mas afsi como o indicatiuo com algũas particulas ferue pello conijunctiuo. (ANCHIETA, 1595, p. 26r);

Os verbos que não tem artigo fazem o gerundio ou lupino, amo, mas no principio variãõse com feus pronomes, na terceira pelloa tem fempre, o (ANCHIETA, 1595, p. 29r);

Nos tẽpos qua não tem artigos, fempre fe postpoẽ porq neceffariamente ha de star o nominatiuo, ou accusatiuo immediato ao verbo à parts ante (ANCHIETA, 1595, p. 36r);

OS verbos neutros fe fazem actiuos, pondolhe, mo, vel, ro, depois do artigo, fe o tiuer, vt (ANCHIETA, 1595, p. 48r).

A obra de Anchieta pertence a um gênero de texto largamente adotado no contexto de evangelização e dominação católicas, as artes de gramática, voltado para a rápida aprendizagem das regras gerais de uma língua, a ser complementada pelo estudo de seu vocabulário. Por seu caráter prático e pela especificidade do público a que se destinava (missionários que, em princípio, tinham algum contato com as línguas grega e latina e com suas gramáticas), a arte de gramática apresenta uma rede de metatermos pouco explicados. Apesar da falta de indicações mais explícitas, é perceptível que, em Anchieta (1595), “artigo” está associado ao verbo: a função desse elemento é a de indicar a flexão de pessoa de uma forma considerada verbal pelo descritor. Vemos pelos exemplos que, quanto à disposição no contexto frasal, o ‘artigo’ antecede o verbo, tal como o “artigo” encontrado nas descrições do português e do espanhol antecedia o nome. Ainda observamos que, tal como em Nebrija (1492), há preocupação em distinguir “artigo” de “pronome”, preocupação que, aqui, tem a ver com o fato de o “artigo” também expressar pessoa (e não gênero ou número ou caso). Em Anchieta (1595), a diferença entre ‘artigo’ e ‘pronome’ reside no fato de que os pronomes dão conta de “pessoas expressas”: o “artigo” não está presente em todos os tempos e modos verbais, e, caso não ocorra, é indispensável o nominativo, sob forma pronominal ou não, para indicar pessoa, isto é, é necessário que ela seja expressa por categoria de estatuto independente. O “artigo”, por sua vez, parece ser uma partícula subordinada ao verbo, sem o estatuto evidente de parte do discurso.

A preocupação em diferenciar os conceitos de “pronome” e “artigo”, como vimos na citação de Nebrija (1492) anteriormente feita, é antiga. Ao mencionar os gregos, Nebrija talvez fizesse referência a autores como Dionísio o Trácio

que, já no século I. a.C. procurava distinguir as duas categorias. Segundo Neves (2002), o autor estabelecia que o “artigo” era parte declinável da oração, que se colocava antes (protático) e depois (hipotático) da declinação dos nomes. Sob o rótulo de “artigo”, Dionísio o Trácio inclui o que hoje denominamos artigo definido (protático) e pronome relativo (hipotático). Os demais elementos pronominais pertencem à categoria “pronome”, que vem subdivida em primitivos (pessoais) e derivados (possessivos). Dada esta tradição, compreende-se melhor a necessidade manifestada por alguns desses autores do contexto iberoamericano de diferenciar “artigo” e “pronome”, explicitando suas propriedades específicas.

A próxima descrição gramatical do tupi de que temos notícia é Figueira (1621). O autor afirma que na língua brasileira, “...os artigos, & os pronomes respondem igualmente aos pronomes latinos, Ego, Tu, Ille. Plur. Nos, Vos, Illi”. (FIGUEIRA, 1621, p. 6v). Essa aproximação entre as categorias e os pronomes pessoais latinos sinaliza que “artigo” e “pronome”, nessa língua, ao combinarem-se com formas específicas, identificadas tanto por Anchieta quanto por Figueira como formas verbais, de fato disputam o espaço da língua referente à determinação de pessoa e número. A alternância entre “artigo” e “pronome” em posição que antecede o verbo, flexionando-o em número e pessoa parece não ser aleatória: são descritas propriedades das formas verbais (tempo, modo, regência) associáveis à distribuição (complementar) dessas duas categorias.

Figueira (1621, p. 46r) também recupera um bordão já clássico em sua época: “Pronome hé aquelle, que fe põe em lugar de nome de qualquer coufa”. Ultrapassando esse nível retórico e analisando a relação dessa categoria com a categoria “artigo”, vemos, no entanto, que a tarefa descritiva parece mais complexa: são necessárias detalhadas observações sobre os tipos de verbos e sobre as formas em que se apresentam para determinar se serão acompanhados de “artigo” ou de “pronome”. E, em face dessa complexidade, chama a atenção o fato de nem Ancheita (1595) nem Figueira (1621) definirem “artigo”. A inferência, portanto, é que nessas descrições estão apresentadas, de forma indireta, as propriedades que, naquele contexto (de missão jesuítica em colônias portuguesas), identificariam e definiriam “artigo”. Um outro trecho da obra de Figueira parece elucidativo nesse sentido; ao iniciar uma seção de tratamento das partes da oração, o autor usa o subtítulo: “Das oito partes da oraçaõ. Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposiçaõ, Aduerbio, Interjeiçaõ, Conjunçaõ”. (FIGUEIRA, 1621, p. 36v), no qual não consta “artigo” e estão reproduzidas, precisamente, as oito partes da oração que Nebrija (1492), no fragmento reproduzido no início deste texto, identifica como aquelas reconhecidas pela gramática latina. Do confronto desta lista de partes da oração com a presença do metatermo “artigo” na descrição de Figueira e também na de Anchieta, ressalta que “artigo” não tem, para ambos, o estatuto de parte da oração, mas de elemento não autônomo, responsável por uma das flexões do verbo.

Não há coincidência, portanto, entre o valor de parte do discurso, ou da oração, que Nebrija (1492) e Barros (1540) explicitamente concedem ao “artigo” e esse valor de elemento que dá conta de um dos acidentes do verbo, assumido pela categoria no contexto de descrição das línguas do Brasil. No primeiro caso, das gramáticas dos vernáculos ibéricos, o recurso ao grego e às gramáticas gregas é realizado por ambos os autores. No outro caso, o da descrição de uma língua

americana, as soluções encontradas no contexto das descrições do latim parecem ser o principal norte.

O Anônimo s.d., já adentrando o século XVIII, também não traz uma definição explícita de “artigo”, mas, tal como em Anchieta (1595) e Figueira (1621), em diferentes pontos do texto são feitas referências à categoria. O autor – do mesmo modo que seus antecessores na descrição do tupi, também inserido no contexto jesuítico – reforça afirmações de Anchieta e Figueira de que o “artigo” não aparece em todos os modos verbais. No Anônimo s.d., são oferecidas informações mais detalhadas sobre os contextos de distribuição do “artigo” (não ocorre diante de verbos no permissivo, nem de alguns no conjuntivo ou no gerúndio, enquanto é necessário junto a formas do optativo, indicativo e algumas do conjuntivo). O autor ainda procura dar conta dos usos e de seus valores sociais, assinalando, por exemplo, que utilizar o “artigo” diante de um verbo no futuro ou no infinitivo é uma forma de falar elegantemente. Esta é a primeira descrição da língua brasileira que classifica os “artigos” em “comuns” e “de outra casta”. Esses últimos são os que se usam com verbos no imperativo. A lista de definições e ocorrências do termo “artigo” no Anônimo s.d. é bastante extensa para os limites desta análise. O fragmento seguinte, entretanto, é uma boa ilustração do fato de que o autor parece seguir a lição de Anchieta (1595) e Figueira (1621) nos pontos essenciais:

[...] Os Artigos são seis, os quaes servem de dar a conhecer a pessoa em que está o verbo; são os seguintes: A, eu; Ere, tu; O, elle; Ya, nós; Pe, vós; O, elles. Por estes artigos, ou sinais é que se conhece em que pessoa estão os verbos em qualquer Modo, excepto no Imperativo, e Permissivo; porque estes tem outra casta de artigos, que logo direy [...] (ANÔNIMO, s/d, pp. 143-144).

O fato de usar “sinal” como sinônimo de “artigo” e de, mais adiante, apresentar pronomes demonstrativos latinos também como “artigos” ( “Có – He os articulos hic, haec, hoc. Coára, Este mundo. (ANÔNIMO, s/d, pp. 192-193)) talvez possa sugerir que as propriedades de: 1) corresponderem a formas de expressão com poucos fonemas e 2) oferecerem algum (qualquer?) tipo de especificação para uma categoria mais central (como nome ou verbo) sejam as essenciais entre as diferentes unidades linguísticas classificáveis como “artigo”. Um “artigo” então, seria qualquer forma presa, pouco extensa, com função e sentido específicos quando se considera sua relação com uma unidade mais nuclear. Assim, o metatermo “artigo” poderia ser tomado como sinônimo de outros como “partícula”, “sílabas”, “letra”, também de amplo (e genérico) uso em obras desse período.

Outras artes de gramática produzidas no Brasil dão conta da descrição de uma língua africana, amplamente empregada, sobretudo no Nordeste, por escravos, neste período – o quimbundo – e uma língua indígena mais restrita do ponto de vista da expansão geográfica, o kiriri.

Em Dias 1697, obra que descreve o quimbundo, não ocorre o metatermo “artigo”; para se referir a unidades provavelmente identificáveis com essa categoria, tal como elas apareciam nas gramáticas portuguesas, o autor usa “partícula”: “[...] Em lugar destas particulas Portuguezas, ‘o’, ‘os’, ‘ao’, ‘aos’, ‘aà’, ‘às’, usaõ os Ambundos da vogal O, pronunciada quasi guttural, & sem apices, porque nunca



serve de vocativo, como no Portuguez, & Latim” (DIAS, 1697, p. 33).

Tal como em Barros (1540), as “partículas” – naquela outra obra, os “artigos” – são recortadas em combinação com outras unidades e expressam caso. O metatermo “pronome” ocorre, sem que haja, também nesse caso, uma definição da categoria; as unidades pronominais do quimbundo tendem a ser apresentadas em aproximações diretas com seus correlatos latinos e não há comparação entre “partícula” e “pronome” – como a que tínhamos encontrado em outros textos entre “artigo” e “pronome” –, talvez por que o metatermo “partícula” seja muito amplamente empregado nessa obra para referir o que hoje reconheceríamos como unidades linguísticas de tipos muito diferenciados. Todas essas unidades referidas por “partículas”, contudo, têm expressão composta de poucos fonemas e estão situadas, do ponto de vista do seu papel na língua, na órbita de algum outro tipo de unidade. O autor ainda faz concorrer com esse metatermo os metatermos “letra” e “sílabas”, igualmente aplicados de modo genérico a pequenas unidades significativas.

Em Mamiani 1699 essa sinonímia entre “artigo”, “partícula” e “pronome” é explícita. Para o autor, os distintos papéis do pronome possessivo ou substantivo (ou seja, dois diferentes modos de fazer referência a pessoa) dependem da natureza dos núcleos a que se juntam as “partículas” ou “artigos”:

[...] tem algũa variedade entre fe affim os nomes como os verbos em alguns artigos, ou particulas, que fe ajuntaõ diversfamente, & fervem aos nomes de pronomes possessivos Meus, Tuus, Suus, & aos verbos de pronomes subftãtivos Ego, Tu, Ille. A diversidade destes artigos he o fundamento de dividirmos os nomes, & verbos em diversas Declinações: & porque os mefmos artigos fervem affim aos nomes, como aos verbos, a mefma divifaõ serve de regra commua a huns, & a outros. Chamo Declinações, não porque fejaõ declinações dos casos nos nomes, ou de tempos, & modos nos verbos, mas porq~ faõ quasi declinações dos pronomes, ou possessivos, ou subftãtivos, compostos com os mefmos nomes, verbos pelas tres peffoas em ambos os numeros, fingular, & plural: & pela mefma razaõ, & por fer regra gẽral que abraça tãbem os verbos, fe poem juntas as declinações dos nomes com as dos verbos (MAMIANI, 1877[1699], pp. 12-13).

Tais “artigos” ou “partículas” tornariam tanto as formas verbais quanto as nominais distintas entre si, quer em construções possessivas (genitivos) quer no papel de nominativos. Não demarcariam, contudo, exatamente declinações (de caso) ou conjugações (de tempo ou modo), justamente porque teriam por específica a função de referir pessoa. Essa característica é que leva o autor a empregar a expressão neológica “artigo do pronome”, designação que sugere, por um lado, uma tentativa de dar conta de partículas subordinadas a outras categorias de palavras (a dos nomes e a dos verbos) – daí o uso de “artigo” – e, por outro lado, a tentativa de sublinhar que tais partículas – tal como os “pronomes” – fazem referência às pessoas gramaticais: “Destes cinco modos de variar os artigos dos pronomes affim possessivos como subftãtivos em todas as peffoas fe formaõ as regras para cinco declinaçoens dos nomes, & verbos” (MAMIANI, 1877[1699], p. 16).

Ainda conforme o mesmo raciocínio, o autor observa que certos sintagmas

preposicionais (as “preposições que formão os casos”), como também referem pessoa (“commigo”, “a ti”, “dele”), devem ter, além disso, em sua estrutura a presença do “artigo”, o que significa que elas também apresentam a quase declinação (de pessoa) identificada para os nomes e os verbos:

O que se diffe de nomes, & verbos, se hade entender tambem das preposições que formão os casos, & por isso concordaõ tambem com os pronomes substantivos Ego, Tu, Ille; & por essa causa pedem sempre hum desses artigos, ou particulas, ou na primeira; ou na segunda, ou huma terceira pessoa, conforme o pronome com que concordaõ, para significar aquelle sentido, que no Portuguez se explica: v.g. commigo, a ti, por amor delle, &c (MAMIANI, 1877[1699], pp. 13-14).

No contexto de descrição das línguas americanas por missionários jesuítas, “artigo” parece corresponder a uma partícula que não tem o estatuto de parte da oração. Embora os diferentes textos avaliados aqui apontam-lhe um papel específico, de indicar pessoa, parece que essa especificação semântica não é constitutiva do termo nesse contexto. Ao que parece, “artigo”, “partícula”, “sílabas”, “letra” são modos de fazer referência ao que, apenas posteriormente, quando se passa a destituir a ‘palavra’ do papel de unidade básica da língua, seria chamado de morfema. O papel desse tipo de unidade, nessas descrições, é ainda periférico, em face da concepção de gramática fundamentada nas “partes da oração”, mas parece esboçar-se uma intuição de que esses elementos tenham um papel mais importante na estruturação da língua, justamente porque eles passam a ser pensados como um tipo de estrutura – comparável a palavra, a letra, a oração – geral das línguas. Não parece, entretanto, haver plena convicção ou clareza sobre esse estatuto das “partículas”, “artigos”, “letras”, “sílabas” e essa oscilação terminológica parece ser um dos indícios disso. Os diferentes autores valem-se dos termos disponíveis no repertório mais difundido na tradição greco-latina para dar conta de pequenas unidades com função gramatical definida.

### **Considerações finais**

Nesse período específico de que tratamos, vemos a manutenção de determinados traços definidores de “artigo”, como os que apontam para uma unidade que, necessariamente, tem poucos fonemas em sua forma de expressão e gira em torno de alguma categoria mais nuclear, notadamente, nome e verbo, ou, na visão de Mamiani, também das preposições que indicam casos dos pronomes. No contexto ibérico, trata-se de uma das “partes do discurso”, tendo, pois, o estatuto de “palavra”, com o papel bastante definido de indicar sobretudo gênero, mas também número e, para Barros, também o caso do nome. No contexto jesuítico brasileiro de descrição de línguas ágrafas, “artigo” parece ser uma categoria genérica – equiparável a “partícula” e outras igualmente inespecíficas – , usada para dar conta de unidades que não têm ocorrência livre no contexto frasal, não podendo, portanto, ser tomadas como partes efetivas do discurso (ou da oração) pensadas numa linha palavra-paradigma.

A hipótese de que há uma intuição a respeito do que mais adiante se nomeará morfema (gramatical) parece válida, na medida em que os autores buscam, no vocabulário descritivo de que dispõem à época, formas de referir unidades linguísticas geralmente pouco extensas, que se vinculam a outras para compor unidades mais autônomas e que dão conta de “acidentes” (ou flexões). “Artigo”, nessa perspectiva, não parece referir unidades linguísticas específicas como “o”, “a”, “lo”, “la”; parece, ao contrário disso, ser usado para tentar dar conta de um tipo de estrutura linguística.

O estudo da terminologia gramatical, de que é exemplo esta nossa breve análise, parece poder dar conta de sutis movimentos de mudança nos estudos da linguagem. Em áreas muito consolidadas, como é a de estudos gramaticais, a percepção de alterações fica dificultada pela aparente estabilidade do gênero, dos modelos de partida e da própria terminologia de descrição. Um exame mais acurado de todas essas dimensões, no entanto, parece indicar que nenhuma delas é tão homogênea quanto tendemos a supor; isto é, há alterações dignas de nota nos formatos e funções dos textos, em aspectos da heterogênea tradição greco-latina adotada, assim como há instabilidade terminológica que se mascara pela manutenção de significantes herdados da tradição. No que tange à metalinguagem, não há um investimento em inovação dos significantes, mas os significados e referências dos termos constantemente sofrem deslizamentos relevantes, como esse que parece apontar para um alargamento da compreensão original de “artigo”.

Ao flagrar esses traços menos explícitos nas descrições, o historiógrafo da linguística passa a perceber como constitutiva, e não como incidental, a convivência entre mudança e conservação histórica do conhecimento sobre as línguas e a linguagem: alterações, consideradas ou não como avanços, sempre se manifestam, mesmo em documentos mais conservadores, do mesmo modo que os documentos mais revolucionários também se impregnam de conhecimentos constituídos ao longo do desenvolvimento de diferentes tradições da nossa área.

## Referências

ALTMAN, C. & COELHO, O. *Documenta Grammaticae et Historiae*. Projeto de documentação Lingüística e Gramatical (1536-1901). CEDOCH-DL/USP, 2006-2009. Disponível em: [www.fflch.usp.br/dl/documenta](http://www.fflch.usp.br/dl/documenta); acesso em março de 2011.

ANCHIETA, J. de. **Arte de Grammatica da Lingoa mais Usada na Costa do Brasil**. Feito pelo padre Joseph de Anchieta. 1ª ed. Coimbra: Per Antonio de Mariz, 1595.

ANÔNIMO. **Grammatica da Lingua Geral do Brazil. Com hum Diccionario dos Vocábulos mais Usuaes para a Intelligencia da Dita Lingua**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Códice 69, s/ data (ms. inédito).

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. (Trad. Eni Puccinelli Orlandi). Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARROS, J. de. **Grammatica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Olyssiponne. Apud Ludouicum Totorigiu Typographum, 1540.

DIAS, P. **Arte da Lingua de Angola, Oeferecida(sic) a Virgem Senhora n do Rosario, May, & Senhora dos Mesmos Pretos**. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1697.

FIGUEIRA, L. **Arte da Lingva Brazilica**. Lisboa: Manuel da Silva, 1621.

MAMIANI, L. V. R. **Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri**. Rio de Janeiro: Central de Brown & Evaristo, 1877[1699].

NEBRIJA, E. A. de. **Gramática Castellana**. España, Madrid: Fundación Antonio de Nebrija, 1992 [1492].

NEVES, M. H. de M. “A gramática dos gregos – Dionísio o Trácio”. **A Gramática: História, Teoria e Análise, Ensino**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OLIVEIRA, F. **Grammatica da Lingoagem Portugueza**. Lisboa: Casa de Germão Galharde, 1536.

REY-DEBOVE, J. “Données Elementaires sur le métalangage”. **Le Métalangage**. Collection L’ordre des mots. Paris: Le Robert, 1978.

SWIGGERS, P. **Histoire de la Pensée Linguistique**. Paris: PUF, 1997.

\_\_\_\_\_. Le métalangage de la Linguistique. Réflexions à propos de la terminologie et de la terminografie linguistiques. **Revista do GEL**, n. 7.2, pp. 2-29, 2010. Disponível em [www.gel.org.br/revistadogel](http://www.gel.org.br/revistadogel); acesso em março de 2011.